

Relatório e Contas do Período - 2024

SEGUP CORRETORES DE SEGUROS S.A

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	13
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	14
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	15



Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.^{mos} Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório de Gestão do Conselho de Administração da SEG UP CORRETORES DE SEGUROS, S.A. (doravante SEGUP ou ENTIDADE) relativo ao período económico de 2024.

A entidade exerce a atividade de mediação de seguros, tendo obtido o certificado de corretora de seguros em março de 2024.

Uma corretora de seguros é uma empresa que atua como intermediário entre o cliente e as companhias de seguros. A sua função principal é ajudar os clientes a encontrar o seguro que melhor atendam às suas necessidades, a corretora de seguros realiza uma série de atividades para facilitar esse processo, incluindo: Análise de Necessidades, Cotação e Comparação, Consultoria, Negociação, Administração de Apólices, Assistência em Sinistros.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma breve abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento Macroeconómico

A economia portuguesa deverá crescer 1,7% em 2024, acelerar para 2,2% em 2025 e 2026, e diminuir para 1,7% em 2027. Esse crescimento reflete a melhoria das condições financeiras, aumento da procura externa e mais fundos da União Europeia, mas o ambiente externo é arriscado devido a fatores económicos e geopolíticos. O mercado de trabalho continua forte, com aumento de emprego e salários reais, além de um baixo nível de desemprego. Em 2027, o crescimento será impactado pela redução da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A inflação deverá cair de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024, estabilizando em 2% nos próximos anos. O diferencial de inflação em relação à zona do euro será quase nulo. O déficit orçamental deve retornar, mas a dívida pública continuará a cair de 97,9% em 2023 para 81,3% em 2027, embora a diminuição seja mais lenta. O crescimento do PIB será impulsionado pelo consumo privado em 2024, mas o investimento deve ser mais

dinâmico de 2025 a 2026, impulsionado pelos fundos europeus. As exportações deverão crescer a um ritmo moderado, com destaque para os bens e os serviços, especialmente o turismo, que continua a se recuperar. O rendimento disponível real das famílias aumentará significativamente em 2024, mas o crescimento do consumo desacelerará a partir de 2025 devido a menores aumentos salariais e efeitos das políticas fiscais. O investimento deverá recuperar entre 2025 e 2026, e o mercado de trabalho continuará a crescer, embora a um ritmo mais lento. A inflação continuará a diminuir, mas os preços dos serviços permanecerão elevados em relação aos bens. A projeção está sujeita a riscos, especialmente externos, como tensões geopolíticas e maior protecionismo. A política orçamental deverá se ajustar para enfrentar esses riscos, mantendo o espaço para responder a possíveis choques.

A eclosão de conflitos armados, como a invasão da Ucrânia e tensões no Oriente Médio, gerou preocupações sobre a resiliência das cadeias de abastecimento globais, levando países a adotarem políticas protecionistas e práticas como o "friendshoring". Essas mudanças têm impactado o comércio global e o comércio português, que manteve estabilidade nas barreiras tarifárias, mas viu um aumento nas barreiras não tarifárias até 2023. Apesar disso, o comércio português de bens e serviços não desacelerou, com crescimento no comércio de bens, especialmente após a pandemia, e nas exportações de serviços, como turismo e transportes.

No entanto, a distância geopolítica passou a influenciar as importações portuguesas, com uma relação negativa entre maior distância geopolítica e menor crescimento nas importações. A Rússia, por exemplo, viu uma queda de 70% nas importações após 2019 devido a uma maior distância geopolítica. A China, embora tenha aumentado sua distância geopolítica em relação a Portugal, viu um aumento nas suas exportações para o país. Estudos econométricos confirmam que, nos últimos anos, a distância geopolítica tornou-se um fator significativo nas importações de bens, especialmente após 2020. A fragmentação da economia mundial e o aumento do protecionismo são preocupações, pois podem prejudicar o bem-estar global e aumentar o risco de conflitos econômicos. A integração econômica, por outro lado, é vista como uma fonte de estabilidade. A defesa do multilateralismo e da cooperação internacional é fundamental para evitar essas tensões.

O mercado único europeu continua a ser crucial para o comércio português, e a preservação da concorrência leal entre empresas é essencial. A política comercial dos EUA pode afetar negativamente a economia portuguesa, e, por isso, é importante fortalecer o apoio a empresas e promover novos mercados, além de valorizar o capital humano para fomentar inovação e mobilidade no mercado de trabalho.

Fonte: Boletim económico de dezembro de 2024 do banco de Portugal.

2. Evolução da Atividade da Entidade

A Segup tem como atividade principal a mediação corretagem consultadoria de seguros.

Em 2024, os serviços prestados tiveram um aumento de 81% comparativamente com o ano de 2023.

	2024	2023	Var. Val	Var.%
Varição das vendas				
Serviços Prestados	2.221.286,93	1.228.407,67	992.879,26	80,83

	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Ativo não corrente	1.037.714	189.440	848.274	447,78%
Ativo corrente	451.235	393.004	58.231	14,82%
Total do Ativo	1.488.949	582.443	906.506	155,64%
Capitais Próprios	413.166	301.545	111.621	37,02%
Passivo não corrente	160.000	-	160.000	
Passivo corrente	915.783	280.898	634.885	226,02%
Total do Passivo	1.075.789	280.898	794.891	282,98%
Total dos Capitais próprios e Passivo	1.488.949	582.443	906.506	155,64%

Verificamos um aumento do valor do ativo em cerca de 156% quando comparado com 2023. Adicionalmente, observamos um aumento do passivo corrente em cerca de 226% do valor do passivo, verificamos também um aumento do valor do capital próprio em 37,02%.

3. Análise económica e financeira

A evolução da atividade da entidade nos últimos anos reflete-se nos valores evidenciados por alguns indicadores económicos, financeiros e de rentabilidade, nomeadamente:

	2024	2023
Indicadores económicos		
EBITDA	273.460,39	162.450,29
EBITDA/VN	12,31	13,22
EBITDA/ATIVO	18,37	27,89
Cash flow	213.954,40	107.878,22
Volume de negócios	2.221.286,93	1.228.407,67
Variación VN(%)	80,83%	23,07%
Indicadores Financeiros		
Autonomia Financeira (AF) (%)	27,75	51,77
Solvabilidade Geral (SG)	0,38	1,07
Liquidez Geral (LG)	0,49	1,40
Liquidez Reduzida (LR)	0,49	1,40
Indicadores de rentabilidade		
Rendibilidade dos Serviços Prestados	0,051	0,047
Rendibilidade dos Capitais Próprios (RCP%)	37,60	9,82



A Entidade tem vindo a adotar uma estratégia de crescimento baseada na aquisição de empresas e carteiras de seguros, com impacto nas demonstrações financeiras da empresa contribuindo para a descida de alguns rácios com a exceção do rácio de volume de negócios que aumentou exponencialmente e do rácio de rentabilidade dos capitais próprios.

4. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Período

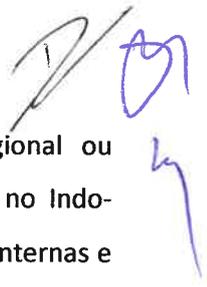
Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

5. Evolução Previsível da Sociedade

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro, pelo que, após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O ano de 2025 terá um cenário geopolítico mundial marcado por várias dinâmicas complexas como a ascensão da China, a rivalidade EUA-China, o conflito na Ucrânia, as mudanças climáticas, o crescimento da Índia, a Cibersegurança e as tensões no Médio Oriente.

A China continuará a expandir sua influência global, especialmente com a Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota” (nova Rota da Seda), desafiando os EUA em áreas como comércio e segurança. A competição entre as duas potências será central, com disputas em comércio, tecnologia e questões geopolíticas, como o status de Taiwan.



A globalização será reconfigurada, com diferentes países a procurar maior integração regional ou desglobalização. A Índia consolidará como uma potência emergente, com crescente influência no Indo-Pacífico. A recuperação pós-pandemia será marcada por desigualdades económicas, com tensões internas e externas em vários países. A corrida pela inteligência artificial e tecnologia quântica alterará o equilíbrio de poder, com a dominação digital tornando-se uma área de disputa entre potências. O Médio Oriente continuará tenso, com rivalidades regionais, como entre Irão e Arábia Saudita, e a normalização das relações de Israel com outros países árabes.

As questões ambientais serão cada vez mais relevantes, com disputas por recursos naturais e transições energéticas, especialmente no Ártico.

Assim, a economia mundial enfrenta vários desafios e tendências que impactam o crescimento, a inflação e a estabilidade financeira global. Alguns dos principais aspetos incluem:

1. Tensões geopolíticas e conflitos internacionais – As tensões geopolíticas e os conflitos internacionais continuam a ter um impacto significativo na economia global. Além da instabilidade na Ucrânia e no Médio Oriente, há outros fatores relevantes que moldam o cenário económico e comercial, nomeadamente a política comercial dos EUA.

2. Inflação e política monetária – Muitos países continuam a lidar com níveis elevados de inflação, o que leva os bancos centrais a manter ou subir taxas de juro, afetando o consumo, o investimento e o custo do crédito.

3. Crescimento económico desigual – Enquanto algumas economias demonstram sinais de recuperação, outras continuam a enfrentar dificuldades devido a fatores como a desaceleração do comércio global e o elevado endividamento público e privado.

4. Transformação energética e transição climática – A necessidade de descarbonização e de investimentos em energias renováveis está a reformular setores inteiros e a pressionar os governos a adotar políticas ambientais mais ambiciosas.

5. Inteligência artificial e automação – O impacto da IA no mercado de trabalho e nos modelos de negócios está a transformar a produtividade e a competitividade das empresas.

6. Problemas na cadeia de abastecimento – Ainda existem perturbações nas cadeias de fornecimento globais devido a fatores como eventos climáticos extremos, conflitos geopolíticos e mudanças na política comercial.



7. Dívida pública e défices orçamentais – Muitos governos continuam a lidar com elevados níveis de endividamento, resultado dos estímulos económicos adotados durante a pandemia e da necessidade de investimentos em infraestruturas e políticas sociais.

8. Mercados financeiros voláteis – A incerteza económica e política reflete-se na volatilidade dos mercados bolsistas e cambiais, afetando a confiança dos investidores e a estabilidade financeira.

Neste contexto, o conselho de administração ponderou os fatores acima referidos e enquadrou-os com o modelo de negócio da empresa e, com base na informação disponível, verificou que neste momento os aspetos acima referidos estão devidamente enquadrados no seu modelo de gestão de risco, estando atualmente a ser tomadas as medidas necessárias para mitigar ou evitar o potencial impacto das situações acima descritas.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rentabilidade da empresa será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras. É entendimento do Conselho de Administração que estes desafios económicos não põe em causa a continuidade das operações.

6. Ações Próprias

No decurso do período de 2024 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2024, a sociedade não detinha ações próprias.

7. Autorizações Concedidas a Negócios Entre a Sociedade e os Seus Administradores

Durante o período de 2024 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

8. Sucursais da Sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.



9. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido do período de 2024 positivo, no valor de 113.373.52€ (cento e treze mil trezentos e setenta e três euros e cinquenta e dois cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Reservas Livres.....113.373.52 €

10. Objetivos e Políticas de Gestão dos Riscos Financeiros

Para além dos riscos que possam decorrer de uma eventual retração da economia em virtude dos efeitos resultantes da rutura nas cadeias de abastecimento globais, pelo surgimento de pressões inflacionistas e pela invasão da Ucrânia pela Rússia, não são, nesta altura, previsíveis outros, que possam pôr em causa a atividade ou a prossecução dos objetivos da entidade.

No contexto económico e financeiro em que a entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos da entidade.

11. Principais Riscos e Incertezas

Atividade da empresa encontra-se exposta a uma variedade de fatores de riscos financeiros: risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez, os quais são objeto de uma política de monitorização e gestão que visa minimizar os potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da empresa:

Riscos de Mercado

- **Risco de Taxa de Câmbio**

O risco cambial é consequência de ativos, passivos e transações comerciais futuras. A entidade apresenta uma baixa exposição ao risco de taxa de cambio.

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito, na entidade e uma vez que a atividade exercida é a corretagem de seguros e serviços conexos não existe qualquer risco de crédito para a entidade.

- **Risco de Liquidez**

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

12. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal de contas.

13. Outras informações

A entidade alterou a dia 02 de abril de 2024 a sua designação de SEG UP – MEDIAÇÃO DE SEGUROS S.A. para SEG UP CORRETORES DE SEGUROS S.A...

No período de relato de 2023 a entidade passou os limites de Microentidade passando a aplicar o NCRF – PE.

14. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

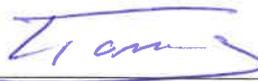
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pela Administração para emissão em 13 de junho de 2025.

15. Nota final

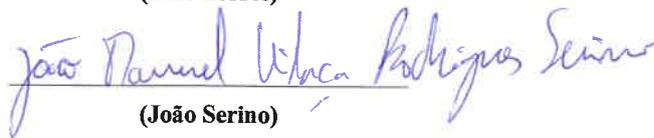
A administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade.

Braga, 13 de junho de 2025

A Administração



(Luís Torres)



(João Serino)



(Domingos Vieira)

Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, informamos que à data de 31 de dezembro de 2024, os membros dos órgãos de Administração e de fiscalização não eram titulares ações:

➤ Conselho de Administração

O Conselho de administração não era detentor de quaisquer ações naquela data, nem possui à presente data, nem efetuou quaisquer aquisições ou alienações durante o período de 2024.

➤ Fiscal Único

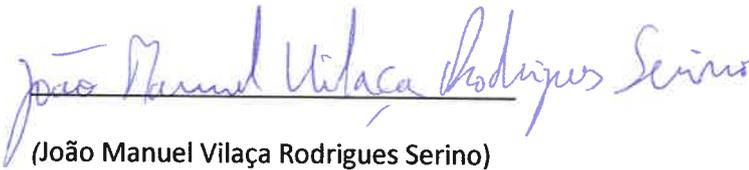
O órgão de fiscalização não era detentor de quaisquer ações naquela data, nem possui à presente data, nem efetuou quaisquer aquisições ou alienações durante o período de 2024.

Braga, 13 de junho de 2025

O Conselho de Administração,



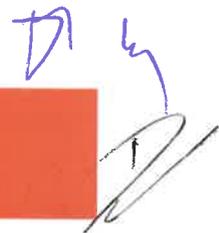
(Luís Romeu Rodrigues Torres)



(João Manuel Vilaça Rodrigues Serino)



(Domingos Carlos Gomes Vieira)



Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Romeu Rodrigues Torres

João Manuel Vilaça Rodrigues Serino

Domingos Carlos Gomes Vieira

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Fernando Domingos Moreira Torres

Secretário: Manuel Rodrigues de Sá Serino

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: António Fernandes, Marta Martins & Associados SROC Lda. representada por Dr. António Manuel Pinheiro Fernandes (SROC n.º 327)

Fiscal Único Suplente: Dr. º Amadeu José Maia Monteiro de Magalhães (ROC n.º 1069)

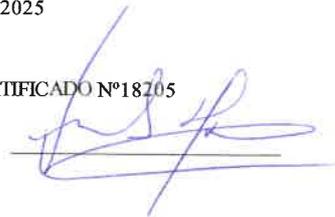
Demonstrações Financeiras Individuais – Período 2024

SEG UP CORRETORES DE SEGUROS S.A
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em euros)

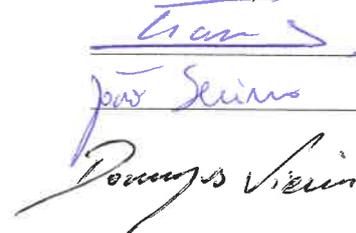
	Notas	Datas	
		31.Dez24	31.Dez23
Activo			
Activos fixos tangíveis	5	282.474,73	155.328,21
Ativos Intangíveis	6,18	620.604,24	0,00
Participações financeiras - método eq. patrimonial	6,18	130.450,01	29.926,68
Outros Investimentos financeiros	7	4.184,78	4.184,78
Total dos Activos Não Correntes		<u>1.037.713,76</u>	<u>189.439,67</u>
Cientes	8	6.748,73	19.394,38
Outros creditos a receber	10	178.802,84	212.017,00
Diferimentos	11	32.728,62	17.017,82
Caixa e depósitos bancários	4	232.954,88	144.574,55
Total dos Activos Correntes		<u>451.235,07</u>	<u>393.003,75</u>
		<u>1.488.948,83</u>	<u>582.443,42</u>
Capitais Próprios			
Capital subscrito	12	54.000,00	54.000,00
Reservas Legais	13	10.800,00	10.446,63
Reservas	13	209.295,26	152.450,88
Resultados transitados	14	27.449,89	27.449,89
Ajuntamentos variações no capital próprio	6	-1.753,16	0,00
Resultado líquido do período		<u>113.373,52</u>	<u>57.197,75</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>413.165,51</u>	<u>301.545,15</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	<u>160.000,00</u>	<u>0,00</u>
Total dos Passivos Não Correntes		<u>160.000,00</u>	<u>0,00</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	16	90.510,39	18.011,61
Estado e outros entes públicos	9	56.416,34	82.497,39
Financiamentos obtidos	15	6.530,02	0,00
Outras dividas a pagar	17	762.326,57	175.530,56
Diferimentos	11	0,00	4.858,71
Total do Passivo		<u>1.075.783,32</u>	<u>280.898,27</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>1.488.948,83</u>	<u>582.443,42</u>

Braga, 13 de junho de 2025

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº18205



A Administração



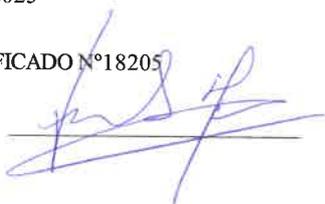
Demonstração dos Resultados Individuais por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

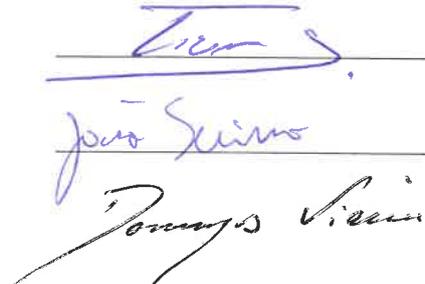
	Notas	Períodos	
		2024	2023
Prestação de serviços	19	2.221.286,93	1.228.407,67
Subsídios à exploração	20	5.096,04	1.186,68
Fornecimentos e serviços externos	21	-949.881,82	-599.031,77
Gastos com o pessoal	22	-817.265,31	-581.414,35
Outros rendimentos	23	60.021,37	241.321,22
Outros gastos	24	-245.796,82	-128.019,16
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		273.460,39	162.450,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	-100.580,88	-50.674,47
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		172.879,51	111.775,82
Juros e rendimentos similares obtidos	26	1.625,01	0,00
Resultado antes de impostos		174.504,52	111.775,82
Imposto sobre o rendimento do período	9	-61.131,00	-54.578,07
Resultado líquido do período		113.373,52	57.197,75

Braga, 13 de junho de 2025

CONTABILISTA CERTIFICADO N°18205



A Administração



**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
Para o Período económico findo em 31 de dezembro de 2024**

(Valores expressos em euros)



1. Identificação da entidade

Designação da entidade a partir de 02 de abril de 2024: SEG UP CORRETORES DE SEGUROS S.A

Designação anterior: SEG UP – Mediação de Seguros, S.A.

Sede Social: Largo de S. Francisco N°38, união de freguesia de S. José de Lázaro e S. João do Souto, Braga

Data da Constituição: 05 de julho de 2013

NIPC: 510670300

Capital Social: 54.000,00€

C.A.E.: 66220– Mediação, corretagem e consultadoria de seguros, atividade auxiliar de serviços financeiros e seguros 66290 – Outras atividades auxiliares de seguros e fundos de pensões.

A entidade exerce a atividade de mediação de seguros, tendo obtido o certificado de corretora de seguros em março de 2024.

Uma corretora de seguros é uma empresa que atua como intermediário entre o cliente e as companhias de seguros. A sua função principal é ajudar os clientes a encontrar o seguro que melhor atendam às suas necessidades, a corretora de seguros realiza uma série de atividades para facilitar esse processo, incluindo: Análise de Necessidades, Cotação e Comparação, Consultoria, Negociação, Administração de Apólices, Assistência em Sinistros.

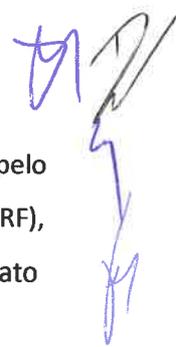
As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Sistema de Normalização Contabilística



As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de “entidades” para efeitos de aplicação do SNC, a entidade é considerada uma pequena empresa e adota a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE), a qual foi publicada pelo Aviso n.º 8257/2015, que consta do Diário da República n.º 146, II série, de 29 de julho de 2015.

A entidade no período de 2023 ultrapassou os limites de Microentidade, desta forma no período de relato de 2023 passou a utilizar o NCRF- PE e conseqüentemente aplicou pela primeira vez o Método de Equivalência Patrimonial.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas de seguida.

3.1. Bases de apresentação

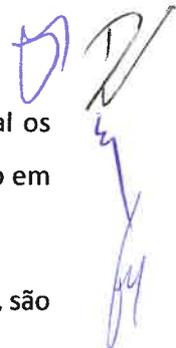
Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nesta conformidade, as demonstrações financeiras anexas foram preparadas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

3.1.2. Pressuposto de acréscimo (ou periodização económica)



A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas “Diferimentos”, “Outros créditos a receber” ou “Outras dívidas a pagar”.

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

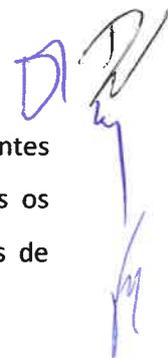
3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis



Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	3 a 7
Ferramentas e utensílios	3 a 7
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 4

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Handwritten initials and signatures in blue ink, including a square symbol and the letters 'g', 'D', and 'f'.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respectivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, respetivamente.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Na sua maioria, os ativos intangíveis são constituídos por programas de computador e são amortizados pelo método da linha reta, aplicado em regime de duodécimos a partir do momento em que os mesmos estão disponíveis para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerado qualquer valor residual.

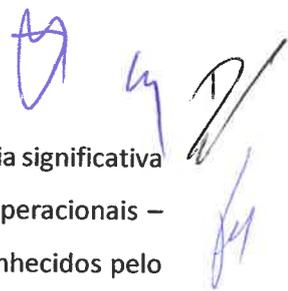
As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos intangíveis foram as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

As mais e menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.3. Participações financeiras

As partes de capital em entidades cuja participação financeira ou influência por parte da Entidade não excede os 20% do capital social são reconhecidas ao custo de aquisição, deduzidos das Perdas por Imparidade acumuladas.



Os investimentos financeiros em entidades participadas nas quais a Entidade tenha uma influência significativa ou onde exerce o controle das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais – geralmente investimentos representando mais de 20% do capital de uma entidade – são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial na rubrica - Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das Entidades associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado “Goodwill”, sendo apresentado em linha autónoma do balanço e amortizado em 10 anos. A sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Caso a diferença seja negativa (“Badwill”), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo reconhecida uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Entidade nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra reconhecido, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da entidade associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo “Provisões” para fazer face a essas obrigações.

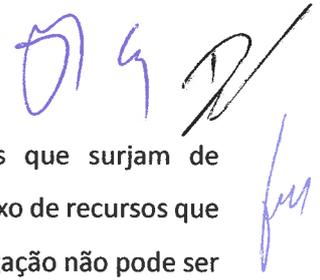
3.2.4. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros



incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.5. Subsídios e outros apoios de Entidade Públicas

Os subsídios e outros apoios de Entidade públicas são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos” .

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.6. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.



Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outros créditos a receber

As contas a receber de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica “Perdas por imparidade em contas a receber”, por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

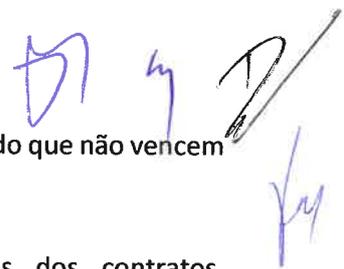
O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread;
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

Fornecedores e outras dívidas a pagar



As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao valor nominal.

Estado e outros entes públicos

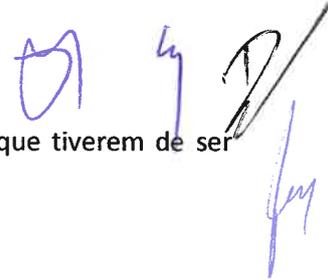
Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 50.000,00€, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2021 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.



O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.2.8. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e, nos serviços prestados, é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica “Rendimentos a reconhecer”, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.2.9. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Handwritten initials and signature in blue ink.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)” ou nas rubricas “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.10. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Estimativa de imposto;
- Estimativa das férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte;
- Estimativa do rédito a especializar;

Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'D' and 'f'.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.2.11. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

3.2.11.1. Riscos de Mercado

Risco de Taxa de Juro

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. A Empresa recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira da Empresa está indexada a taxas de juro de mercado.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco cambial é consequência de ativos, passivos e transações comerciais futuras. A entidade apresenta uma baixa exposição ao risco de taxa de cambio.

3.2.11.2. Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

- As particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;
- A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- Uma regular monitorização das contas de cliente;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;

- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.



3.2.11.3. Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.2.12. Comentários da Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A empresa não tem valores cativos em nenhum depósito a prazo ou à ordem ou em equivalentes.

3.2.12.1 Resultado por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o resultado líquido pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

4. Fluxos de caixa

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” a 31 de dezembro tem a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Caixa	704,12	3.406,88
Depósitos à Ordem	232.250,76	141.167,67
	232.954,88	144.574,55

Em 31 de dezembro de 2024, a entidade não dispunha de linhas de crédito aprovadas e não utilizadas.

5. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, com referência aos períodos de 2024 e 2023, pode ser analisada como segue:

31 de dezembro de 2024				
Descrição	Saldo Início Ano	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo Final Ano
Valor Bruto				
Edifícios e outras construções	191.204,38	15.516,88	0,00	206.721,26
Equipamento básico	4.304,66	0,00	0,00	4.304,66
Equipamento de transporte	74.894,26	135.240,42	24.990,00	185.144,68
Equipamento Administrativo	54.800,25	11.612,17	0,00	66.412,42
Outros ativos fixos tangíveis	54.725,77	24.744,92	0,00	79.470,69
	379.929,32	187.114,39	24.990,00	542.053,71
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e outras construções	85.350,52	18.973,91	0,00	104.324,43
Equipamento básico	4.276,09	28,57	0,00	4.304,66
Equipamento de transporte	61.867,32	27.474,73	24.990,00	64.352,05
Equipamento administrativo	42.596,85	7.009,25	0,00	49.606,10
Outros ativos fixos tangíveis	30.510,33	6.481,41	0,00	36.991,74
	224.601,11	59.967,87	24.990,00	259.578,98
Quantia Líquida Escriturada	155.328,21	127.146,52	0,00	282.474,73
31 de dezembro de 2023				
Descrição	Saldo Início Ano	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo Final Ano
Valor Bruto				
Edifícios e outras construções	186.579,58	4.624,80	0,00	191.204,38
Equipamento básico	4.304,66	0,00	0,00	4.304,66
Equipamento de transporte	74.894,26	0,00	0,00	74.894,26
Equipamento Administrativo	48.444,79	6.355,46	0,00	54.800,25
Outros ativos fixos tangíveis	54.725,77	0,00	0,00	54.725,77
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	368.949,06	10.980,26	0,00	379.929,32
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e outras construções	66.486,67	18.863,85	0,00	85.350,52
Equipamento básico	4.237,99	38,10	0,00	4.276,09
Equipamento de transporte	44.185,00	17.682,32	0,00	61.867,32
Equipamento administrativo	34.322,19	8.274,66	0,00	42.596,85
Outros ativos fixos tangíveis	24.694,79	5.815,54	0,00	30.510,33
	173.926,64	50.674,47	0,00	224.601,11
Valor Líquido Escriturado	195.022,42	-39.694,21	0,00	155.328,21



6. Participações financeiras - método equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a rubrica “Participações Financeiras” tinha a seguinte composição:

Investimentos em empresas Subsidiárias	Sede	Capitais próprios 31-Dez-23	% participação	31 de Dezembro de 2023				Saldo em 31-Dez-23
				Partes de capital	Goodwill	Empréstimos	Provisões	
Segup Partners	Póvoa de Lanhoso	29.926,68	100%	29.926,68	-	-	-	29.926,68
				29.926,68	-	-	-	29.926,68

Investimentos em empresas Subsidiárias	Sede	Capitais próprios 31-Dez-24	% participação	31 de Dezembro de 2024				Saldo em 31-Dez-24
				Partes de capital	Goodwill	Empréstimos	Provisões	
Segup Partners	Póvoa de Lanhoso	7.450,72	100%	7.450,72	-	-	-	7.450,72
Mediadora de Seguros Azevedo, Lda	Paredes	(23.662,23)	100%	-	125.580,61	-	-	125.580,61
FML, Lda	Lisboa	12.163,25	100%	12.163,25	245.040,30	-	-	257.203,55
Famiseg, Lda	V.N.Famalicão	110.836,04	100%	110.836,04	290.596,34	-	-	401.432,38
				130.450,01	661.217,25	-	-	791.667,26

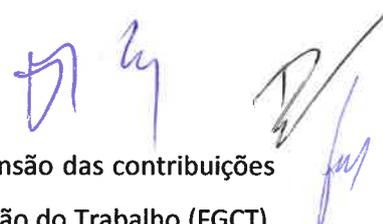
Partes de capital	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições	Alienações	Variação nos resultados	Variação nos capitais próprios	Saldo em 31-Dez-24
Segup Partners	29.926,68	-	-	(22.475,96)	-	7.450,72
Mediadora de Seguros Azevedo, Lda	-	-	-	-	-	-
FML, Lda	-	6.959,70	-	6.956,71	(1.753,16)	12.163,25
Famiseg, Lda	-	102.068,30	-	8.767,74	-	110.836,04
	29.926,68	109.028,00	-	(6.751,51)	(1.753,16)	130.450,01

Em 2024, foram adquiridas três entidades: Mediadora de Seguros Azevedo, Lda., FML, Lda. e Famiseg, Lda. As quais geraram um Goodwill de 661.217, 25 euros que se encontra detalhado na nota 18.

7. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Outros ativos financeiros” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
	Não corrente	Não corrente
FCT - Fundo Compensação Traba	4.184,78	4.184,78
Total	4.184,78	4.184,78



A reconversão do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), na sequência da suspensão das contribuições para este fundo e das contribuições mensais para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), de acordo com o previsto nas alterações do Decreto Lei n.º 115/2023, visa permitir que as empresas que tenham contribuído para o Fundo invistam as verbas mobilizadas no apoio aos trabalhadores. Entre as novas finalidades do FCT constam o apoio à habitação dos trabalhadores, através do financiamento dos custos ou investimentos na mesma, bem como o apoio a investimentos em creches e refeitórios, este último quando realizado de comum acordo com as estruturas representativas dos trabalhadores. Adicionalmente, foi ainda consagrada a possibilidade de os empregadores financiarem a qualificação e a formação certificada dos trabalhadores. A SEGUP ainda não optou por nenhuma das medidas previstas e aguarda a melhor tomada de decisão da administração.

8. Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-24		31-Dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	0,00	218,71	0,00	19.394,38
Clientes títulos a receber	0,00	6.530,02	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	6.748,73	0,00	19.394,38
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	6.748,73	0,00	19.394,38

	31-Dez-24		31-Dez-23	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	218,71	0,00	4.930,61	14.463,77
Clientes títulos a receber	6.530,02	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
	6.748,73	0,00	4.930,61	14.463,77

A Entidade reconhece as perdas por imparidade em dívidas a receber, de acordo com critérios de gestão, tendo em consideração a situação financeira de cada cliente face às informações disponíveis. Tanto a 31 de dezembro de 2024 como a 31 de dezembro de 2023, não existe quaisquer perdas por imparidade registadas.

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/24	31/12/23
Passivos		
Imposto sobre o rend das pessoas coletivas IRC	20.029,73	52.532,07
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	19.807,63	16.394,57
Segurança Social	16.578,98	13.570,75
TOTAL	56.416,34	82.497,39

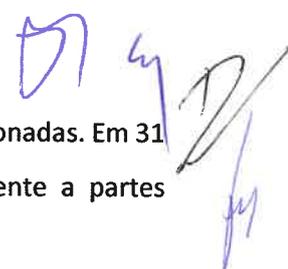


Reconciliação da taxa efetiva de imposto:	31-Dez-24	31-Dez-23
Resultados Antes de Impostos	174.504,52	111.775,82
Acrescimos à matéria coletável		
Anulação dos efeitos do método de equivalência patrimonial	22.475,96	101.043,80
Amortizações provisões não aceites para efeitos fiscais	45.787,40	700,00
50% da diferença positiva entre as mais valias e menos valias fiscais	50,00	0,00
Outros	0,00	369,00
	<u>68.313,36</u>	<u>102.112,80</u>
Deduções à matéria coletável		
Anulação dos efeitos do método de equivalência patrimonial	15.724,45	0,00
Mais valias contabilísticas	100,00	0,00
Benefícios Fiscais	1.168,62	392,00
	<u>16.993,07</u>	<u>392,00</u>
Lucro/prejuízo fiscal	<u>225.824,81</u>	<u>213.496,62</u>
Matéria coletável	<u>225.824,81</u>	<u>213.496,62</u>
Imposto Liquidado	45.423,21	42.581,15
Derrama	3.387,37	3.202,45
Tributação Autónoma	12.320,42	8.794,47
Imposto corrente	61.131,00	54.578,07
Imposto sobre o Rendimento do período	61.131,00	54.578,07
Taxa média efetiva de imposto	35,03%	48,83%

10. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Outros Créditos a Receber” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
	Corrente	Corrente
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	139.735,69	183.387,52
Outros Devedores e Credores	28.765,00	17.555,56
Fornecedores	10.302,15	11.073,92
Total	178.802,84	212.017,00



Em 31 de dezembro de 2024 não existe nenhum saldo desta rubrica composto por partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2023 o valor de 3.287,60€ dos “Outros Devedores e Credores” é referente a partes relacionadas.

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
Diferimentos (Ativo)		
Outros gastos a reconhecer	32.728,62	17.017,82
Total	32.728,62	17.017,82
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	0,00	4.858,71
Total	0,00	4.858,71

12. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o capital da entidade, totalmente subscrito e realizado, tem um valor de 54.000,00 €, (cinquenta e quatro mil euros) composto por 10.800 ações com o valor nominal de 5€ cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital:

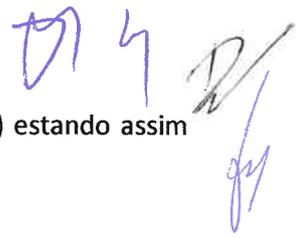
	% Capital	Valor
Onires, SA	50%	27.000,00
Norteseg Mediação de Seguros, Lda.	50%	27.000,00

13. Reserva legal e Outras Reservas

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Por decisão da Assembleia Geral foram aprovadas as contas do período findo a 31 de dezembro de 2023 e foi deliberado que o valor de 353,37 € do resultado líquido do período no valor de 57.197,75€ (cinquenta sete mil cento e noventa e sete euros e setenta e cinco cêntimos) fosse transferido para a rubrica de reservas livres.

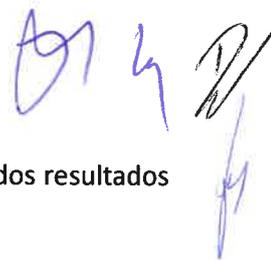


O valor das reservas legais atualmente corresponde a 10.800€ (dez mil e oitocentos euros) estando assim totalmente constituída e correspondendo ao valor dos 20% do capital da sociedade.

Outras Reservas

Por decisão da Assembleia Geral foram aprovadas as contas do período findo a 31 de dezembro de 2023 e foi deliberado que o valor de 56.844,38€ do resultado líquido do período no valor de 57.197,75€ (cinquenta sete mil cento e noventa e sete euros e setenta e cinco cêntimos) fosse transferido para a rubrica de reservas livres. Sendo que a 31 de dezembro de 2024 esta conta apresentava um saldo no valor de 209.295,26€ (duzentos e nove mil duzentos e noventa e cinco euros e vinte e seis cêntimos).

Em 31 de dezembro de 2023 esta conta apresentava o valor de 152.450,88€.



14. Resultados Transitados

Durante o período de 2024 não existem alterações nos resultados transitados. Assim, o valor dos resultados transitados em 2024 é igual a 2023 perfazendo o valor de 27.449,89€.

15. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-24		31-Dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos de participantes capital	160.000,00	6.530,02	0,00	0,00
Letras	0,00	0,00	0,00	0,00
	160.000,00	6.530,02	0,00	0,00

	31-Dez-24		31-Dez-23	
	Gerais	Grupo/ Relacionados	Gerais	Grupo/ Relacionados
Empréstimos de participantes capital	0,00	160.000,00	0,00	0,00
Letras	6.530,02	0,00	0,00	0,00
	6.530,02	160.000,00	0,00	0,00

	Prazos de reembolso	31-Dez-24	31-Dez-23
	Menos de um ano		6.530,02
1 a 2 anos		160.000,00	0,00
		166.530,02	0,00

Não são cobrados juros aos participantes de capital.

Não existem financiamentos pelo que não há taxas de juros a divulgar.

Verifica-se um montante no passivo corrente relativo a descontos de letras que não venceram qualquer juro em 2024.

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-24		31-Dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	0,00	90.510,39	0,00	18.011,61
	0,00	90.510,39	0,00	18.011,61

	31-Dez-24		31-Dez-23	
	Gerais	Grupo/ Relacionados	Gerais	Grupo/ Relacionados
Fornecedores conta corrente	74.612,54	15.897,85	16.741,26	1.270,35
	74.612,54	15.897,85	16.741,26	1.270,35

17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-24		31-Dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores e credores por accrécimo	0,00	225.181,87	0,00	130.225,89
Outros devedores e credores	0,00	507.818,78	0,00	44.883,57
Outros	0,00	29.325,92		421,10
	0,00	762.326,57	0,00	175.530,56

	31-Dez-24		31-Dez-23	
	Gerais	Grupo/ Relacionados	Gerais	Grupo/ Relacionados
Devedores e credores por accrécimo	225.181,87	0,00	130.225,89	0,00
Outros devedores e credores	324.803,32	183.015,46	41.595,97	3.287,60
Outros	29.325,92	0,00	421,10	0,00
	579.311,11	183.015,46	172.242,96	3.287,60

18. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica ativa intangível apresentava a seguinte composição:

Goodwill	Valor inicial	Perdas por imparidade acumuladas 01-Jan-24	Perdas por imparidade do exercício	Perdas por imparidade acumuladas 31-Dez-24	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas 31-Dez-24	Saldo em 31-Dez-24
Mediadora de Seguros Azevedo, Lda	125.580,61	-	-	-	(7.325,54)	-	118.255,07
FML, Lda	245.040,30	-	-	-	(16.336,03)	-	228.704,27
Famiseg, Lda	290.596,34	-	-	-	(16.951,44)	-	273.644,90
	661.217,25	-	-	-	(40.613,01)	-	620.604,24

Em 2024, foram adquiridas três entidades: Mediadora de Seguros Azevedo, Lda., FML, Lda. e Famiseg, Lda. As quais geraram um Goodwill de 661.217, 25 euros, os quais estão a ser amortizados pelo período de 10 anos. Em 2023 não havia qualquer valor registado nesta rubrica.

19. Serviços Prestados

Nos períodos de 2024 e de 2023, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-24			31-Dez-23		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Prestação de serviços	2.221.286,93	0,00	2.221.286,93	1.228.407,67	0,00	1.228.407,67
	2.221.286,93	0,00	2.221.286,93	1.228.407,67	0,00	1.228.407,67

20. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2024 e de 2023, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
Subsídios do estado e outros entes publicos	5.096,04	1.186,68
	5.096,04	1.186,68

21. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Trabalhos especializados	43.978,86	23.970,47
Rendas e alugueres	251.252,03	219.044,69
Comunicação	17.404,55	15.024,87
Conservação e reparação	14.395,76	8.219,76
Vigilância e Asegurança	4.688,40	1.625,17
Comissões	473.987,00	225.164,03
Eletricidade	8.705,61	5.776,35
Deslocações e Estadas	19.164,89	20.089,53
Seguros	7.158,21	2.886,96
Material de Escritório	5.522,48	4.722,28
Honorários	17.220,00	7.380,00
Limpeza, Higiene e Conforto	11.178,59	10.368,81
Publicidade e Propaganda	11.765,97	9.448,25
Artigos p/ Oferta	28.823,10	21.764,19
Livros e documentação técnica	45,84	64,22
Combustíveis	18.232,73	13.503,30
Portagens	6.216,77	4.198,54
Estacionamentos	4.662,70	2.880,64
Água	1.986,06	1.440,87
Outros	3.492,27	1.458,84
	949.881,82	599.031,77

22. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos de 2024 e de 2023 foi a seguinte:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Remunerações dos órgãos sociais	92.286,28	64.382,00
Remunerações do pessoal	558.138,66	388.565,09
Encargos sobre remunerações	132.985,83	102.554,65
Seguros	11.497,44	6.847,83
Outros gastos com pessoal	22.357,10	19.064,78
	817.265,31	581.414,35

O número médio de trabalhadores da Entidade no período de 2024 foi de 36 trabalhadores, e no ano de 2023, foi de 22 trabalhadores tendo se verificado um aumento de 14 trabalhadores.

23. Outros rendimentos

Nos períodos de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Rendimentos suplementares	519,64	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	3,31	32,83
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e assoc.emp.cor	15.724,45	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	100,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	43.673,97	241.288,39
Total	60.021,37	241.321,22

24. Outros gastos

Nos períodos de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Aplicação Método da Equivalencia Patrimonial	22.475,96	101.043,80
Impostos	49.636,54	25.619,99
Descontos de Pronto pagamento	78,74	8,47
Outros gastos e perdas	173.605,58	1.346,90
	245.796,82	128.019,16

25. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos períodos findos em 31 de dezembro, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-12-2024			31-12-2023		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Em activos fixos tangíveis	59.967,87	-	59.967,87	50.674,67	0,00	50.674,67
Em activos intangíveis	40.613,01	-	40.613,01	0,00	0,00	0,00
Total	100.580,88	-	100.580,88	50.674,67	0,00	50.674,67

26. Juros e rendimentos similares obtidos



Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Juros de depósitos	1.625,01	
Total	1.625,01	

27. Partes Relacionadas

a) Remunerações da pessoal chave da gestão

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo	92.286,28	64.382,00
Total	92.286,28	64.382,00

b) Transações entre partes relacionadas

a. Natureza do relacionamento das partes relacionadas

Empresa mãe:

Onires, S.A.
Norteg, Mediação de Seguros, Lda.

Associadas:

N/Aplicável

Entidades conjuntamente controladas:

N/Aplicável

Outras entidades:

Magnirent - Aluguer De Automóveis, S.A.
Bragaparques - Estacionamentos, S.A.
Like In, Lda.
Conde Patéo de Quires - Imobiliária, Lda.
Urbaminho - Urbanizações do Minho, S.A.
P. Mayer, S.A.
Monte do Picoto, Imobiliária, Lda.
FTIRES, Imobiliária, Lda.
Everyco, Lda.
Quinta da Cedofeita - Sociedade Agrícola, Lda
Torsar, Lda.
Onirodrigues, S.A.
Jointco, S.A.

Subsidiárias:

Segup Partners - Mediação de Seguros, Lda.
F.M.L. Mediação de Seguros, Lda.
Famiseg - Mediadora de Seguros e Consultoria
Mediadora de Seguros Azevedo, Lda

Pessoal Chave da Gestão

Luis Romeu Rodrigues Torres
João Manuel Vilaça Rodrigues Serino
Fernando Domingos Moreira Torres
Manuel Rodrigues de Sá Serino
Domingos Carlos Gomes Vieira

b. Transações e saldos pendentes

Transações em 31-12-2024

Partes relacionadas	Compra ou venda de bens	FSEs 's	Prestação de serviços	Prestação de garantia	Outros Rendimentos
Empresa mãe:					
Onires, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nortseg, Mediação de Seguros, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsidiárias:					
Segup Partners - Mediação de Seguros, Ld	0,00	0,00	0,00	0,00	41.432,19
F.M.L. Mediação de Seguros, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famiseg - Mediadora de Seguros e Consult	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mediadora de Seguros Azevedo, Lda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	41.432,19
Outras empresas:					
Magnirent - Aluguer De Automóveis, S.A.	0,00	15.186,36	0,00	0,00	0,00
Bragaparcques - Estacionamento, S.A.	0,00	4.264,90	0,00	0,00	0,00
Like In, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conde Patéo de Quires - Imobiliária, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbaminho - Urbanizações do Minho, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P. Mayer, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Monte do Picoto, Imobiliária, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FTIRES, Imobiliária, Lda.	0,00	188.000,52	0,00	0,00	0,00
Everyco, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quinta da Cedofeita - Sociedade Agrícola, I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Torser, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Onirodrigues, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jointco, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	207.451,78	0,00	0,00	0,00
Pessoal chave da gestão:					
Luis Romeu Rodrigues Torres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
João Manuel Vilaça Rodrigues Serino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fernando Domingos Moreira Torres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manuel Rodrigues de Sá Serino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Domingos Carlos Gomes Vieira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	207.451,78	0,00	0,00	41.432,19

Transações em 31-12-2023

Partes relacionadas	Compra ou venda de bens	FSEs 's	Prestação de serviços	Prestação de garantia	Outros Rendimentos
Empresa mãe:					
Onires, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nortseg, Mediação de Seguros, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsidiárias:					
Segup Partners - Mediação de Seguros, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F.M.L. Mediação de Seguros, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famiseg - Mediadora de Seguros e Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mediadora de Seguros Azevedo, Lda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras empresas:					
Magnirent - Aluguer De Automóveis, S.A.	0,00	11.392,78	0,00	0,00	0,00
Bragaparcques - Estacionamento, S.A.	0,00	2.517,04	0,00	0,00	0,00
Like In, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conde Patéo de Quires - Imobiliária, Lda.	0,00	43.950,00	0,00	0,00	0,00
Urbaminho - Urbanizações do Minho, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P. Mayer, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Monte do Picoto, Imobiliária, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FTIRES, Imobiliária, Lda.	0,00	131.850,00	0,00	0,00	0,00
Everyco, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quinta da Cedofeita - Sociedade Agrícola, Lda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Torser, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Onirodrigues, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jointco, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	189.709,82	0,00	0,00	0,00
Pessoal chave da gestão:					
Luis Romeu Rodrigues Torres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
João Manuel Vilaça Rodrigues Serino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fernando Domingos Moreira Torres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manuel Rodrigues de Sá Serino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Domingos Carlos Gomes Vieira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	189.709,82	0,00	0,00	0,00

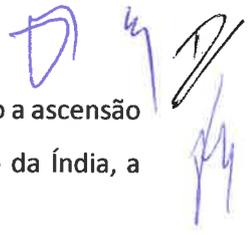
D
M
F

Partes relacionadas	Saldos em 31/12/2024					
	Operacionais			Financiamento		
	Saldos pendente s ativos	Saldos pendentes passivos	Saldos pendente s ativos	Saldos pendentes passivos	Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade do período
Empresa mãe:						
Onires, S.A.	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
Nortestg, Mediação de Seguros, Lda.	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00	0,00
Subsidiárias:						
Segup Partners - Mediação de Seguros, Ld	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F.M.L. Mediação de Seguros, Lda.	0,00	8.337,51	0,00	0,00	0,00	0,00
Famiseg - Mediadora de Seguros e Consult	0,00	121.243,46	0,00	0,00	0,00	0,00
Mediadora de Seguros Azevedo, Lda	0,00	23.408,53	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	152.989,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras empresas:						
Magnirent - Aluguer De Automóveis, S.A.	0,00	4.147,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Bragaparques - Estacionamento, S.A.	0,00	27.956,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Like In, Lda.	0,00	2.069,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Conde Patêo de Quires - Imobiliária, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbaminho - Urbanizações do Minho, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P. Mayer, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Monte do Picoto, Imobiliária, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FTIRES, Imobiliária, Lda.	0,00	11.750,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Everyco, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quinta da Cedofeita - Sociedade Agrícola, I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Torsler, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Onirodrigues, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jointco, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	45.923,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal chave da gestão:						
Luis Romeu Rodrigues Torres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
João Manuel Vilaça Rodrigues Serino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fernando Domingos Moreira Torres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manuel Rodrigues de Sá Serino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Domingos Carlos Gomes Vieira	0,00	74,10	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	74,10	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	198.987,41	0,00	160.000,00	0,00	0,00

Partes relacionadas	Saldos em 31/12/2023					
	Operacionais			Financiamento		
	Saldos pendentes ativos	Saldos pendentes passivos	Saldos pendentes ativos	Saldos pendentes passivos	Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade do período
Empresa mãe:						
Onires, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nortestg, Mediação de Seguros, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsidiárias:						
Segup Partners - Mediação de Seguros, Lda.	14.463,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F.M.L. Mediação de Seguros, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famiseg - Mediadora de Seguros e Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mediadora de Seguros Azevedo, Lda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	14.463,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras empresas:						
Magnirent - Aluguer De Automóveis, S.A.	0,00	1.270,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Bragaparques - Estacionamento, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Like In, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conde Patêo de Quires - Imobiliária, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbaminho - Urbanizações do Minho, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P. Mayer, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Monte do Picoto, Imobiliária, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FTIRES, Imobiliária, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Everyco, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quinta da Cedofeita - Sociedade Agrícola, Lda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Torsler, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Onirodrigues, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jointco, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	1.270,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal chave da gestão:						
Luis Romeu Rodrigues Torres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
João Manuel Vilaça Rodrigues Serino	3.287,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fernando Domingos Moreira Torres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manuel Rodrigues de Sá Serino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Domingos Carlos Gomes Vieira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.287,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.751,37	1.270,35	0,00	0,00	0,00	0,00

28. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro, pelo que, após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.



O ano de 2025 terá um cenário geopolítico mundial marcado por várias dinâmicas complexas como a ascensão da China, a rivalidade EUA-China, o conflito na Ucrânia, as mudanças climáticas, o crescimento da Índia, a Cibersegurança e as tensões no Médio Oriente.

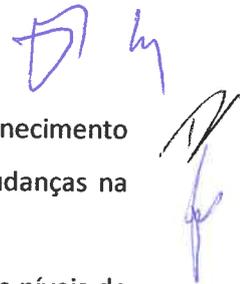
A China continuará a expandir sua influência global, especialmente com a Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota” (nova Rota da Seda), desafiando os EUA em áreas como comércio e segurança. A competição entre as duas potências será central, com disputas em comércio, tecnologia e questões geopolíticas, como o status de Taiwan.

A globalização será reconfigurada, com diferentes países a procurar maior integração regional ou desglobalização. A Índia consolidará como uma potência emergente, com crescente influência no Indo-Pacífico. A recuperação pós-pandemia será marcada por desigualdades económicas, com tensões internas e externas em vários países. A corrida pela inteligência artificial e tecnologia quântica alterará o equilíbrio de poder, com a dominação digital tornando-se uma área de disputa entre potências. O Médio Oriente continuará tenso, com rivalidades regionais, como entre Irão e Arábia Saudita, e a normalização das relações de Israel com outros países árabes.

As questões ambientais serão cada vez mais relevantes, com disputas por recursos naturais e transições energéticas, especialmente no Ártico.

Assim, a economia mundial enfrenta vários desafios e tendências que impactam o crescimento, a inflação e a estabilidade financeira global. Alguns dos principais aspetos incluem:

1. **Tensões geopolíticas e conflitos internacionais** – As tensões geopolíticas e os conflitos internacionais continuam a ter um impacto significativo na economia global. Além da instabilidade na Ucrânia e no Médio Oriente, há outros fatores relevantes que moldam o cenário económico e comercial, nomeadamente a política comercial dos EUA.
2. **Inflação e política monetária** – Muitos países continuam a lidar com níveis elevados de inflação, o que leva os bancos centrais a manter ou subir taxas de juro, afetando o consumo, o investimento e o custo do crédito.
3. **Crescimento económico desigual** – Enquanto algumas economias demonstram sinais de recuperação, outras continuam a enfrentar dificuldades devido a fatores como a desaceleração do comércio global e o elevado endividamento público e privado.
4. **Transformação energética e transição climática** – A necessidade de descarbonização e de investimentos em energias renováveis está a reformular setores inteiros e a pressionar os governos a adotar políticas ambientais mais ambiciosas.
5. **Inteligência artificial e automação** – O impacto da IA no mercado de trabalho e nos modelos de negócios está a transformar a produtividade e a competitividade das empresas.



6. **Problemas na cadeia de abastecimento** – Ainda existem perturbações nas cadeias de fornecimento globais devido a fatores como eventos climáticos extremos, conflitos geopolíticos e mudanças na política comercial.
7. **Dívida pública e défices orçamentais** – Muitos governos continuam a lidar com elevados níveis de endividamento, resultado dos estímulos económicos adotados durante a pandemia e da necessidade de investimentos em infraestruturas e políticas sociais.
8. **Mercados financeiros voláteis** – A incerteza económica e política reflete-se na volatilidade dos mercados bolsistas e cambiais, afetando a confiança dos investidores e a estabilidade financeira.

Neste contexto, a Administração ponderou os fatores acima referidos e enquadrou-os com o modelo de negócio da empresa e, com base na informação disponível, verificou que neste momento os aspetos acima referidos estão devidamente enquadrados no seu modelo de gestão de risco, estando atualmente a ser tomadas as medidas necessárias para mitigar ou evitar o potencial impacto das situações acima descritas.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rentabilidade da empresa será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras. É entendimento da Administração que estes desafios económicos não põe em causa a continuidade das operações.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 13 de junho de 2025. No entanto, os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as demonstrações e solicitar alterações.

29. Matérias ambientais

Em 31 de dezembro não se encontrava registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgado qualquer contingência ambiental por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados que resultem encargos materialmente relevantes para a empresa.

30. Propostas de aplicação do resultado do período

O resultado líquido do período ascendeu a 113.373.52€ (cento e treze mil trezentos e setenta e três euros e cinquenta e dois cêntimos), sendo que a Administração propõe que o mesmo seja transferido para conta de reservas livres.

31. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal de contas.

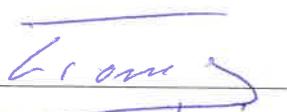
32. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pela Administração para emissão em 13 de junho de 2025.

Braga, 13 de junho de 2025.

A Administração

O Contabilista Certificado n.º 18205


João Manuel Vieira Rodrigues Seixas






ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de SEG UP - CORRETORES DE SEGUROS, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1.488.949 euros e um total de capital próprio de 413.166 euros, incluindo um resultado líquido de 113.374 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativa ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de SEG UP - CORRETORES DE SEGUROS, S.A. em 31 de dezembro de 2024 de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 18 de junho de 2025

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.

Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes

Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos, na qualidade de Fiscal Único da sociedade SEG UP - CORRETORES DE SEGUROS, S.A., apresentar o nosso parecer sobre o Relatório e demais documentos de prestações de contas elaborado pelo Conselho de Administração em referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No exercício das nossas funções acompanhamos a gestão da sociedade através dos contactos com o Conselho de Administração e os departamentos Financeiro e de Contabilidade, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias entendemos convenientes.

Foram também efetuadas as verificações dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos que lhe servem de suporte com a periodicidade e extensão consideradas necessárias.

Tendo em conta o relatório de gestão, o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, e os respetivos anexos e a Certificação Legal das Contas por nós emitida, somos do parecer, que sejam aprovados:

1. O relatório de gestão e as contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
2. A proposta de aplicação dos resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração.

Braga, 18 de junho de 2025

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.

Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes

Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608